

Apresentação

Fazemos questão de iniciar a apresentação dessa mais nova edição da Revista Convergência Crítica agradecendo aos autores e autoras dos textos que se encontram presentes nesse número pelo tempo, esforço e inspiração dispensados a esta publicação. Em tempos onde o trabalho intelectual tem se tornado um grande luxo, ainda mais num país como o Brasil, tão árido e hostil às atividades científicas e intelectuais de maneira geral, a menção a essas pessoas que dedicaram parte do seu tempo e energia à elaboração de estudos não é apenas uma formalidade acadêmica, mas uma forma de reconhecer tão valioso empenho. As mesmas palavras de agradecimento estendemos aos colegas que se dispuseram a avaliar as propostas de publicação enviadas a esta mesma revista por ocasião da edição desse número.

Esse número traz como tema de seu dossiê temático o problema do *Racismo e das Relações Sociais*. O primeiro texto por nós apresentado é o de autoria de Vinicius Carlos da Silva, intitulado “Manoel Bomfim, racismo e intelectualidade no Brasil do final do século XIX e início do XX”. Nele, Vinicius procura abordar as “críticas de Manoel Bomfim às teorias raciais que se desenvolveram no Brasil no final do século XIX e se estenderam até o início do XX.” O autor demonstra que esse foi um período em que varios autores nacionais de renome como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Silvio Romero se dirigiam à opinião pública para difundir as ideias racistas vindas do exterior, contribuindo, entre outras coisas, à difusão de uma imagen negativa e criminalizante de negros e mestiços. Trata-se de um ensaio de leitura obrigatória. Urgente, diríamos, em face da retomada de certo discurso racista na arena pública brasileira, inclusive em certos meios acadêmicos.

O segundo artigo é de autoria de Hilma de Pinho Souza e Suzana Lopes Salgado Ribeiro, intitulado “Limites e possibilidades da legislação voltadas à inclusão para o Negro”. As autoras buscam “fazer uma reflexão sobre a importância do trabalho pedagógico com o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação

Básica”. Face a um quadro histórico caracterizado pela exclusão do negro *no e do* processo educativo, as autoras percebem a existência de “estigmas, preconceitos e discriminação em relação à própria cultura negra deixando de reconhecê-la na história e na formação da sociedade brasileira”. Utilizando da metodologia das entrevistas de História Oral, as autoras demonstram a “importância do trabalho pedagógico fundamentado em um currículo que contemple a diversidade, dotado de consciência política, vinculado à ação de educadores articulados didaticamente na perspectiva de que as ações afirmativas contribuam para o fim das tensões raciais e com a supressão dos conteúdos eurocêntricos, há muito tempo desarticulados com a realidade em sala de aula”. Outro ponto destacado é a “necessidade de os educadores compreenderem a importância da Lei 10639/2013”, no sentido da promoção do conhecimento histórico e cultural dos “negros para a construção de uma sociedade que respeite as diversidades sem hierarquizá-las, preparando-se para o convívio com a igualdade de direitos frente às diferenças sociais e culturais”.

Juliana de Almeida Goiz nos oferece o artigo “Identidade marginal: procesos culturais na periferia” analisa expressões culturais da periferia, como o Hip Hop e a Literatura Marginal, tomadas “como ferramentas de (re)significação dos espaços e atores sociais”, enfocando também os processos de construção identitária dos sujeitos periféricos. A autora efetua tal empreitada a partir de consistente pesquisa bibliográfica sobre a contextualização histórica referente “às desigualdades sociais específicas destas regiões e suas conseqüências no padrão de vida da população marginalizada”. Juliana se utiliza de referencial fornecido por autores como Stuart Hall, Zygmunt Bauman e Kathryn Woodward. Temos diante de nós um estudo sobre o proceso de formação de uma cultura da periferia paulistana, partindo das experiências dos movimentos culturais.

Mais adiante temos o trabalho de Denise Maria Perissini da Silva, que em “Crimes de racismo: Análise dos acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) pela Metodologia de Análise de Decisões (MAD), no período de 1998 a 2016”, apresenta um interessante enfoque a partir do campo do Direito. Assim, ela analisa 03 (três) de um total de 16 decisões do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) no período de 1998 a 2015 em relação à aplicabilidade da legislação vigente para o tema dos crimes de intolerância racial (Lei nº 7.716/1989 e o Estatuto da Igualdade Racial (2010)). A metodologia por ela utilizada é que envolve a Análise de Decisões (MAD). Seu principal objetivo “consiste em verificar em que medida as decisões daquele Tribunal refletem a

necessidade de assegurar os direitos e garantias dos negros e afrodescendentes, ou se ainda prevalecem resquícios da mentalidade escravista, estereótipos e preconceitos, ao minimizar ou escamotear a honra subjetiva das vítimas dos crimes de intolerância racial”. Denise ainda discute “aspectos psicológicos da estruturação do preconceito e discriminação em termos da Psicanálise e da Psicologia Social e o processo de formação de estigmas e estereótipos, bem como os aspectos normativos da legislação referente ao tema do racismo no Brasil”.

Em “A ‘História da Liberdade’ do Rio Grande do Sul nas páginas do jornal A Federação: construção da invisibilidade negra”, Tuane Ludwig Dihl realiza o exame de certo senso comum cristalizado sobre o estado do Rio Grande do Sul, que o toma como “estado sem negros e “o mais europeu do Brasil”, o que é evidentemente uma construção ideológica. Partindo dessa constatação, o autor analisa a “participação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) na construção da invisibilidade do negro nesse Estado, na virada do século XIX para o XX, verificando a forma como forjaram em seu órgão de imprensa, o jornal A Federação, uma ‘história da liberdade’ para a província sul-rio-grandense”.

Em “Reflexões a respeito das pesquisas desenvolvidas sobre temas raciais: a luz da política de cotas e da Lei 10.639/03 na Universidade Federal de Sergipe (UFS)”, quinto artigo do dossiê, Selma da Silva Santos e José Francisco dos Santos investigam como as ações afirmativas se constituem num “conjunto de medidas que visam reparar a situação de desigualdade em que foi colocada a população negra desde o período da escravidão e que se perpetua até os dias atuais”. Os autores procuram ainda “identificar a relação na produção científica dos trabalhos acadêmicos com os assuntos étnico-raciais na Universidade Federal de Sergipe (UFS) entre os anos de 2003 a 2014, com as referidas ações afirmativas”. A partir desse objetivo os autores lançam como metodologia a “coleta de informações no sistema de gerenciamento de informação da biblioteca central da referida universidade”.

Finalizando o dossiê, Cícero João da Costa Filho no seu “Ainda se fala de raça” refaz a trajetório do conceito de raça ao longo do século XIX, tendo como pressuposto que tal conceito é fundamental para a compreensão do Brasil monárquico e escravista.

Na seção de temática livre, o leitor terá oportunidade de ler trabalhos sobre diversos assuntos. Um deles é o texto de Fernando Lucas Garcia de Souza, autor de “Pelos bons

serviços prestados e em razão do amor que lhe tenho: Estratégias de luta dos escravos pela conquista da alforria em Rio Grande (1820-1860). O historiador mostra, a partir desse estudo de caso, as “estratégias utilizadas pelos escravos para alcançar a liberdade através da manumissão no município de Rio Grande, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1820 a 1860”. Para tal fim, o autor lança mão do Acervo dos Tabelionatos de municípios do interior do Rio Grande do Sul e de amplo debate com autores que trabalham com a temática no mesmo período.

A mexicana Velvet Rosemberg Fuentes nos apresenta estudo sobre a expansão do Islã América Central – “U na aproximación histórica y numérica al Islam centroamericano”; trata-se de um trabalho minucioso, muito bem documentado e bastante atento às particularidades do fenômeno na região.

E, finalmente, Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa em seu *Os Trabalhadores Rurais no Brasil e a Problemática da Modernização no Campo*”, analisa os impactos dos novos arranjos produtivos do campo brasileiro sobre as condições de vida do trabalhador rural. O trabalho recupera os projetos de intervenção agrária para a região concebidos pelo regime militar nos anos 70, passando pela nova expansão da agropecuária nos anos 80 e 90.

Na parte dedicada às resenhas, oferecemos as análises de Leonardo Soares dos Santos sobre o livro de Roberto Sander, **Anos 40. Viagem à década sem Copa**, e de Carlos Salvador sobre o livro de Marina Adamini, **Cuando la política es fuego: El consenso social de Montoneros entre 1970 y 1972**.